

ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTOJUVENIL: UMA PRÁTICA PARA A REVOLUÇÃO DAS INFÂNCIAS?

Psychosocial attention of children and youth: a practice for the childhood revolution?

Atención psicosocial infantil y joven: ¿una práctica para la revolución infantil?

Silva, J.A. & Lima, E.M. F. de A. (2021). Atenção psicosocial infantojuvenil: uma prática para a revolução das infâncias? *Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.* 4(5), 534-548. DOI: 10.47222/2526- 3544.rbto42300

Juliana Araújo Silva 

<https://orcid.org/0000-0002-2028-9417>

Universidade de São Paulo.

Programa Interdisciplinar em Estética e História da Arte. São Paulo, Brasil.

Elizabeth Maria Freire de Araújo Lima 

<https://orcid.org/0000-0003-0590-620X>

Universidade de São Paulo.

Faculdade de Medicina. Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional. São Paulo, Brasil.

Resumo

Objetivo: O artigo pretende fazer uma discussão sobre a prática da atenção psicosocial infantojuvenil, suas potências e desafios em engendrar transformações que pautem e promovam escapes das forças normativas da infância, que fortalecem o mundo adultocêntrico. Ele é fruto da tese de doutorado "Políticas do encontro e as forças selvagens na clínica infantojuvenil", desenvolvida na Universidade Estadual Paulista-Assis, no Programa de Pós- Graduação em Psicologia. **Método:** A tese seguiu as pistas do método cartográfico e teceu discussões sobre a prática do acompanhamento das infâncias e juventudes nas dimensões micropolítica e macropolítica. Neste texto, pretendemos pensar a atenção psicosocial em aliança com múltiplas forças e buscar intercessores que possam estabelecer conexões locais com os processos históricos do Brasil, para pensar as crianças e os CAPSij situados na reforma psiquiátrica brasileira. **Conclusão:** O percurso trilhado afirma a urgência de construir espaços menos adultocêntricos, que validem as infâncias e a complexidade de seus universos nas singularidades dos acompanhamentos; e, assim, sustentem maneiras de dar continuidade ao fluxo de construção das práticas em saúde mental no contexto nacional, incluindo a participação dos corpos infantis de maneira a afiançar a potência inventiva dos mesmos.

Palavras-chave: Saúde Mental. Psiquiatria infantil. Saúde Pública

Abstract

Objective: The article intends to discuss the practice of mental health for children and adolescents, their strengths and challenges in generating transformations that guide and promote escapes from normative forces that strengthen the adult-centric world. It starts from the doctoral thesis "The Politics of the encounter and the wild forces in the child and young people care" developed at Universidade Estadual Paulista-Assis in the Post- Graduate Program in Psychology. **Method:** The thesis discussed the mental health practice in the monitoring of children and youth in the micropolitical and macropolitical dimensions. In this text we intend to establish local connections with Brazilians historical processes and to think of children and CAPSij located in the Brazilian psychiatric reform. **Conclusion:** the path affirmed the urgency of building less adult-centric spaces, which validate childhoods and the complexity of their universe in the singularities of the accompaniments; and so support ways to continue the flow of construction of mental health practices in the national context, including the participation of children's bodies in order to secure their inventive power.

Keywords: Mental Health. Child Psychiatry. Public Health

Resumen

Objetivo: El artículo pretende discutir la práctica de la salud mental en niños y adolescentes, sus fortalezas y desafíos para generar transformaciones que orienten y promuevan escapes desde a fuerzas normativas que fortalecen el mundo adulto-céntrico. Se parte de la tesis doctoral "Políticas de Encuentros y fuerzas salvajes en la clínica infantil" desarrollada en la Universidade Estadual Paulista-Assis en el Programa de Posgrado en Psicología. **Método:** La tesis siguió el método cartográfico y discutió la práctica de la salud mental en el seguimiento de niños y jóvenes en las dimensiones micropolítica y macropolítica. En este texto pensar en la salud mental en alianza con múltiples fuerza: buscar intercesores que pudieran establecer conexiones locales y pensar en los niños y CAPSij ubicados en la reforma psiquiátrica brasileña. **Conclusión:** el camino de la investigación afirma la urgencia de construir espacios menos adultos, que validen las infancias y la complejidad de su universo en las singularidades de los acompañamientos; y así apoyar formas de continuar el flujo de construcción de prácticas de salud mental en el contexto nacional, incluida la participación de los cuerpos de los niños para asegurar su capacidad inventiva.

Palabras Clave: Salud Mental. Psiquiatria Infantil. Salud Pública

1. Introdução

Este artigo é parte de um estudo, no qual foi realizada a cartografia de uma experiência profissional, que buscou produzir uma sustentação para a multiplicidade habitada nas práticas com crianças e jovens na atenção psicossocial, nos atos de clinicar, pesquisar e escrever. A cartografia vem sendo pensada e praticada como um método de pesquisa qualitativa por pesquisadores brasileiros. É considerada uma forma de pesquisa que acompanha os processos de paisagens moventes, no qual o pesquisador está mergulhado, o que exige do pesquisador um trabalho sobre si. Em sua elaboração, autores da "Filosofia da Diferença" têm promovido discussões valiosas sobre os processos de conhecimento, sobre a produção de verdades, o rigor do pensamento e a relação com a afirmação da vida.

A pesquisa emergiu como efeito da produção de um corpo cartógrafo¹, que, a partir da atuação como terapeuta ocupacional em um Centro de Atenção Psicossocial infantojuvenil (CAPSij), sentiu-se mergulhado em uma paisagem intensa e complexa, atravessado pelos mais diferentes fluxos e, muitas vezes, desfazendo suas formas, borrando suas fronteiras, inchando suas membranas e tecidos, interrompendo seus fluxos respiratórios. Esse corpo se percebeu também tecendo alianças impensadas, margeando riscos em coletivo, espantando-se com a força abrupta e inadvertida da vida. Deste modo, passou a se aventurar na prática cartográfica de investigar essas paisagens/territórios de afetos, sentidos e produção de real, para pensar e escrever sobre a prática.

A tese "Políticas do encontro e as forças selvagens na clínica infantojuvenil", desenvolvida na UNESP-Assis, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, foi uma tentativa de construir uma superfície de pensamento e transmissão para aquilo que, na experiência da clínica com infâncias, insistia em ser pensado. No percurso de produção da pesquisa, a questão sobre como aconteciam os encontros entre corpos e entre corpos e materialidades, dentro deste contexto clínico, tornou-se o elo articulador das experiências vividas. Eles passaram a ser vistos imersos em políticas do encontro, num campo em que relações de força, afetos, atrações e repulsa criavam mundos. Através dessa formulação, o pensamento fez pousos em elementos vividos no tempo de trabalho e no tempo de pesquisa sobre o trabalho.

Partiu-se da formulação de Deleuze e Guattari, ao afirmarem que "somos feitos de linhas" (Deleuze & Guattari, p. 66, 2008). Os autores descrevem diferentes tipos de linhas que compõem uma vida: a linha de segmentaridade dura ou molar, a linha de segmentaridade maleável ou molecular e a linha fuga. São as dinâmicas entre as linhas e as segmentaridades no trabalho de cada corpo, de conhecimento de suas afetações e da construção da permeabilidade de suas membranas que determinam o grau de potência para que um encontro aconteça ou não, para que um acompanhamento possa alcançar a singularidade que necessita. As ações clínicas, assim como as diferentes formas de existir de cada um, estão imersas nessa dinâmica. Um profissional de saúde mental é composto por linhas de segmentaridade dura, como

¹ Para mais referências sobre a ideia de corpo cartógrafo consultar: "Cartografia sentimental" de Suely Rolnik e "Um corpo de cartógrafo" de Flávia Libermam e Elizabeth Lima. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v19n52/1807-5762-icse-19-52-0183.pdf>

a sua profissão, lugares institucionais e enquadramentos familiares, mas também composto por outras coisas, linhas maleáveis, conflitos criadores, sonhos revolucionários, atrações potentes... As linhas vão assim constituindo cada biografia, o desenho de cada vida. E cada corpo experimenta ser atravessado por linhas de fuga imperceptíveis, ao produzir deslocamentos em seus modos de existir. As relações entre as linhas desenham políticas. Políticas abertas à produção de diferenças, políticas conservadoras e amedrontadas pelo novo, que insistem em padronizar; políticas sob as quais resistir ao achatamento da vida é mais ou menos possível.

Indivíduos ou grupos, somos feitos de linhas, e essas linhas são de muito diversa natureza. O primeiro tipo de linha que nos constitui é segmentário, de segmentaridade dura (...) e ao mesmo tempo, temos linhas de segmentaridade muito mais flexíveis, de algum modo moleculares. Não que sejam mais íntimas ou pessoais, pois atravessam as sociedades, tanto os grupos como os indivíduos. Traçam pequenas modificações, fazem desvios, esboçam quedas ou impulsos (...) ao mesmo tempo ainda, há como que um terceiro tipo de linha, este ainda mais estranho: como se algo nos levasse, através dos nossos segmentos, mas também através dos nossos limiares, para um destino desconhecido, não previsível, não preexistente (Deleuze & Parnet, 2004, pp. 151-152).

Neste artigo, pretendemos trazer alguns fragmentos da pesquisa realizada, a fim de alcançar a potência e os desafios presentes para a atenção psicossocial infantojuvenil. Aproximamos esta tentativa da ideia da revolução que falta, como menciona a artista Ligya Hortélio². Para ela, a revolução da criança é a que falta e que pode produzir transformações fundamentais na sociedade que vivemos. A revolução da infância exige que os adultos consigam olhar e escutar os corpos infantis, suas formas expressivas, seus modos de se agrupar e de produzir brincadeiras, cantigas, jogos. Exige que os adultos encontrem formas de se conectarem com essas produções de maneira afirmativa, evitando sobrepor a elas perspectivas e funções adultocêntricas.

2. Método

Os textos da pesquisa foram dispostos, na tese, em três camadas: a primeira foi nomeada "Histórias menores" e apresentou narrativas de acompanhamentos; a segunda foi nomeada como "Restos e rascunhos sobre uma força selvagem na clínica" e recolheu manifestações coletivas sobre a atenção psicossocial, articuladas com noções presentes na antropologia; e a terceira foi nomeada "Um pesquisar: silêncio, escrita e esquecimento", abordando o próprio processo de pesquisar. Cada uma das camadas tentou abordar as questões por pontos de partida diferentes, compondo platôs referentes às diferentes intensidades da pesquisa. Para tanto, o procedimento de buscar desnortear os referenciais utilizados atravessou estas camadas, tornando-se fundamental para o prosseguimento do pensamento no

² Ligya Hortélio é uma figura importante para a discussão da cultura da infância no Brasil e teve uma exposição organizada pelo Itaú Cultural, composta por filmes, objetos, fotografias e instalações. Há um material on-line disponível no site da instituição com filmes e entrevistas. Numa das entrevistas a artista comenta sobre a revolução da infância.

doutorado e além. Pretende-se aqui compartilhar esse processo e alguns intercessores e construções teóricas da pesquisa, com o objetivo de fortalecer as práticas assistenciais, o pensamento e a escrita sobre a atenção psicossocial. Tais autores nos ajudaram a compreender o potencial revolucionário do cuidado na atenção psicossocial a crianças e jovens e o lugar ainda pequeno que estes personagens têm no cenário de discussão nacional.

3. Resultados e discussão

Encontrar aliados para pensar

Para poder ampliar uma ecologia do pensamento em relação às infâncias e juventudes, no contexto de cuidado, sentiu-se a necessidade de buscar intercessores que pudessem possibilitar articulações teóricas em proximidade com as situações vividas e narradas nos relatos. Deleuze (2008) apresenta a ideia de intercessores como sendo essencial aos processos de criação em filosofia, ciência, arte... Afirma que é preciso que possamos fabricar nossos intercessores, sendo eles pessoas, obras artísticas, plantas ou animais, para que seja possível construir um discurso de minoria e não uma fala solitária. Não se trata de imitar ou reproduzir os movimentos de fabulação dos intercessores, mas de, com eles, construir algo a dizer.

Fictícios ou reais, animados ou inanimados, é preciso fabricar seus próprios intercessores. É uma série. Se não formamos uma série, mesmo que completamente imaginária, estamos perdidos. Eu preciso dos meus intercessores para me exprimir, e eles jamais se exprimiriam sem mim: sempre se trabalha em vários, mesmo quando isso não se vê (Deleuze, 2008, p.156).

Assim, durante a pesquisa emergiu o desejo de encontrar aliados para narrar histórias de acompanhamentos relacionando-as com a história social e os processos de opressão e resistência das infâncias, com o intuito de fortalecer as relações entre o macropolítico e o micropolítico no raciocínio clínico, ressaltando a multiplicidade de formas de existência produzidas nos territórios de vida.

De quais crianças falou-se na tese? De quais crianças fala-se na saúde mental? Muitas vezes, quando narramos acompanhamentos em saúde mental, iniciamos as histórias por marcadores do campo da psiquiatria, como diagnósticos, sintomas, medicações ou comportamentos indesejados. A procura da pesquisa por intercessores do campo da história, antropologia e filosofia, por exemplo, nos ensinou sobre a construção do ser criança atual e fez ruir algumas imagens de crianças idealizadas. A leitura de atlas e mapeamentos sobre as juventudes e questões interseccionais (raça e gênero) foram colaborações fundamentais para fincar o pensamento nas problemáticas locais e tentar desviar da normatividade de teorizações e noções sobre desenvolvimento infantil, formuladas a partir de contextos muito diversos do que encontramos no cotidiano dos serviços da atenção psicossocial. Não se quer com este apontamento negar as contribuições valiosas que muitas teorias fazem hoje, e farão por muito tempo ainda. Mas salientar a necessidade de investir em adensar a ecologia do pensamento incluindo outras perspectivas.

Ao afirmarmos que boa parte das crianças e jovens atendidos nos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) são pertencentes a população negra (pretos e pardos)³, não se pode negligenciar que esta população tem um entrave específico com as políticas de estado e que alguns pontos têm sido debatidos através das pautas do “genocídio da juventude negra e periférica”. Em junho de 2017, foi lançado um Atlas da Violência, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). A partir deste mapa e outros anteriores, tem-se feito considerações sobre o crescente aumento de mortes da população negra e jovem. Isto não é uma novidade e nem uma surpresa, se acessarmos o número de chacinas de jovens que aconteceram somente em São Paulo e no Rio de Janeiro nos anos de 2015/2016. O mapa aponta que, entre 2005 e 2015, o número de jovens mortos por homicídio aumentou em 17,2% e tem vítimas na faixa etária de 15 a 29 anos.

Apesar de esse fenômeno ser denunciado há anos por organizações não governamentais de direitos humanos e movimentos sociais, e de recentemente ter entrado na agenda estatal com a Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado sobre o assassinato de jovens, o estado brasileiro ainda não foi capaz de formular e implementar um plano nacional de redução de homicídios. E qual o resultado da omissão do poder público em relação ao tema? Mais de 318 mil jovens foram assassinados entre 2005 e 2015 (IPEA; FBSP, 2017, p.25).

Tais dados indicam a gravidade da situação desta população no Brasil. Atualmente a sociedade brasileira tem conseguido realizar mais discussões, como as feitas no primeiro semestre de 2020, em decorrência das mortes de crianças negras por violência policial ou negligência com cunho racista: Ágatha, Miguel, João Pedro, João Guilherme... Outro mapeamento, o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial de 2014, faz um comparativo entre os índices de vulnerabilidade e violência para jovens brancos e jovens negros. Ele aponta que os jovens negros têm 2,5 mais chances de morrer do que os jovens brancos no Brasil. Segundo o Índice, mata-se no Brasil jovens negros como se estivéssemos em uma guerra.

Estes dados nos ajudam a perceber como a clínica infantojuvenil se encontra alocada em uma zona de conflito e precisa estar atenta ao que se produz sobre as especificidades de sua população, que não dizem respeito ao campo da psicopatologia somente, para responder às questões que lhe são apresentadas. A história de crianças da periferia de São Paulo, por exemplo, traz uma herança de um olhar patologizador, a partir do qual os cuidados em saúde mental foram organizados. Elementos importantes para que possamos repensar a grande história à luz das pequenas histórias. “Grande História, contada a partir de todas as narrativas majoritárias, cuja força se sobrepõe a todas essas pequenas histórias, nossas histórias.” (Resende, 2016, p.60)

Chambouleyron (2016) nos conta como, desde o início do Brasil, as crianças foram escolhidas como alvos privilegiados para o exercício de dominação, quando os jesuítas sentiram a resistência dos adultos indígenas em se evangelizarem. Os mecanismos educacionais criados tinham como objetivo introduzir

³ <https://www.geledes.org.br/quase-80-da-populacao-brasileira-que-depender-do-sus-se-autodeclara-negra/>
Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup., 4(5), 534-548, 2021.

os comportamentos que eram compreendidos como “bons costumes” pelos jesuítas, através dos discursos de salvação da juventude. A aliança construída com certas comunidades indígenas envolveu a doação de crianças por suas famílias para as companhias jesuíticas. Chegaram, inclusive, a introduzir os castigos físicos às crianças e jovens, quando fugiam das escolas, o que não era costume indígena.

É bem verdade que a infância estava sendo descoberta nesse momento no Velho Mundo, resultado da transformação nas relações entre indivíduo e grupo, o que ensejava o nascimento de novas formas de afetividade e a própria “afirmação do sentimento da infância”, na qual Igreja e Estado tiveram um papel fundamental. Neste sentido, foi também esse movimento “que fez a Companhia escolher as crianças indígenas como o “papel branco, a cera virgem, em que tanto se desejava escrever e inscrever-se (Chambouleyron, 2016, p.58).

Scarano (2016) nos conta, a partir do contexto mineiro, que as crianças negras e pobres pouco aparecem nas correspondências vindas de Lisboa, Bahia e Rio de Janeiro. Pouco se sabe do cotidiano da vida destas crianças. Sabe-se que a rua fazia parte de seu mundo e que as crianças circulavam livremente, sem ficarem presas ao contexto de sua residência. As crianças escravizadas eram vistas como mão de obra para as minas, sem uma preocupação específica em relação à idade e condições físicas. “As crianças que chegavam em navios negreiros pareciam esqueletos, cheias de sarna, problemas de pele e outras moléstias e ficavam sujeitas a tratamentos horríveis para poder enfrentar e bem impressionar seus compradores” (Scarano, 2016, p.114). Estas crianças não eram consideradas um bom investimento, sendo vistas como mais uma boca a ser alimentada. A autora relata que, para os donos destas crianças, a maior serventia que tinham quando eram nascidas em terras brasileiras era a existência de mais uma ama de leite para alimentar seus filhos. Góes e Florentino (2016) escrevem sobre o cotidiano das crianças escravizadas no Brasil. Contam que o número de crianças era muito alto e algumas fazendas continham prioritariamente crianças escravizadas. Os autores relatam que, por diferentes motivos, os documentos nos mostram que oito entre onze crianças escravizadas até os onze anos idade já eram órfãs. Há relato de crianças com quatro anos de idade que já eram executoras de funções domésticas. “Por volta de 12 anos, o adestramento que as tornava adultos estava se concluindo. Nesta idade, os meninos e as meninas começavam a trazer a profissão por sobrenome: Chico Roça, João Pastor, Ana Mucamba.” (Góes & Florentino, 2016, p.184).

Moura (2016) narra o contexto das crianças paulistanas, durante o século XX, a partir da recém-industrializada São Paulo. A expansão da indústria absorveu crianças e adolescentes das camadas mais pobres da cidade, como mão de obra a ser explorada nas fábricas e oficinas. Moura traz em seu relato diversos casos exemplares de acidentes de trabalho envolvendo crianças e jovens que viviam situações de trabalho impróprias, com condições gravemente insalubres. Boa parte delas não estavam sendo empregadas conforme a legislação vigente na época. No princípio da década de 1910, a população infantil chegou a somar 40% dos trabalhadores. Inevitável pensar na atualidade, pois famílias vindas de outros países da América Latina são absorvidas pela indústria têxtil de forma irregular e, algumas vezes, em regime de trabalho escravo. “As brincadeiras dos menores teimosamente resistiam à racionalidade imposta pelo ambiente de trabalho e foram, ao longo do tempo, em nome da disciplina exigida (...), o

claro detonador de atitudes violentas” (Moura, 2016, p.269). No limiar do século XX, as crianças habitavam as paisagens da cidade como ativos personagens com práticas que, resultando de abandonos, aludiam à mendicância e à criminalidade. Pequenos engraxates nas portas das igrejas, vendedores de jornais; a circulação infantil pela cidade se dava de diferentes formas.

As crianças que faziam uso da prática de pequenos furtos, mendicância etc. eram consideradas, pelas autoridades policiais, crianças moralmente abandonadas. Estas foram foco de discursos que colocavam o trabalho como meio pelo qual elas se recuperariam, justificando, inclusive, o fato de algumas crianças serem levadas para fazendas no interior de São Paulo, onde trabalhariam em troca de moradia e alimentação. Como descrito na reportagem do “O Estado de S. Paulo” de 1900:

O Dr. Oliveira Ribeiro, chefe de polícia, a fim de reprimir a vagabundagem de grande número de menores, que por ai viviam com fome e no relento, conseguiu um meio de os tirar de São Paulo. Para esse fim, entrou em acordo com o sr. Coronel Pinho, industrial e fazendeiro, residente em Rio Claro, o qual se propôs a colocar em fábricas e fazendas de sua propriedade os menores capturados, que ali, além de casa, comida e roupa, terão um salário, contribuindo por essa maneira com pequeno esforço, para a regeneração desses infelizes que poderiam mais tarde ser um elemento nocivo à sociedade (O Estado de S. Paulo, 25 de julho de 1910 *apud* Moura, 2016, p.276-277).

Estas passagens histórias são importantes para podermos ampliar as cartografias que fazemos ao atuar e discutir infâncias e cuidados. Elas nos evidenciam o quanto a infância demorou para ser realmente olhada e pensada como uma prioridade de cuidado, em particular, a infância de crianças negras e indígenas, o que talvez se relacione com as dificuldades que ainda hoje temos de executar esta priorização. No contexto específico do campo da saúde mental nacional, os relatos de Serra (2011) e Blinkstein (2012) sobre o psiquiatra Pacheco e Silva, que pautava o conceito de anormalidade na infância no comportamento indisciplinado das crianças, com a hipótese de que seu desvio provinha de preceitos morais, tornam visível a origem de uma prática de cuidado que não tem coerência com as discussões que a atenção psicossocial quer pautar. Na década de 1930, Pacheco e Silva iniciaram o exercício de suas ações em prol do melhoramento da raça paulista, que tinha uma reputação construída em cima da imagem de desbravadores e conquistadores. Serra (2011) relata que “os ancestrais bandeirantes povoaram o imaginário da população, marcando a história de São Paulo pela saga do movimento que, com ações brutais e predatórias, caçavam índios para a colonização” (Serra, 2011, p. 46).

A cidade, que vivia um crescimento caótico, produzindo aglomerações periféricas que sofriam com a incidência de algumas doenças como varíola e tuberculose, recorreu aos médicos higienistas com o propósito de intervir na paisagem urbana. Desta forma, como relata Serra:

Sua intenção era de “cuidar dos problemas sociais, procurando atenuar os sofrimentos consequentes da miséria, reconduzir o indivíduo e a família às condições normais de existência,

prevenir os flagelos sociais, [...] e elevar o nível da existência (ACPS, 1934, p. 2, [6C] *apud* Serra, 2011, p.52).

A ideia de superioridade racial viabilizava que as intervenções sobre a população fossem realizadas. “Com o apoio do mito da ‘raça’ paulista, cientificamente fundamentado pela eugenia, a população teria de corresponder ao ideal narcísico, proposto por boa parte dos médicos paulistas.” (Serra, 2011, p.56). Para a Liga Paulista de Saúde Mental, era necessário se atentar à infância, a fim de evitar manifestações “anormais” na vida adulta. Nas descrições das causas da anormalidade presentes no texto “Infância anormal e criminalidade” de Pacheco e Silva, escrito em 1934, Serra (2011, p.89) pontua: 1. Patológicas – consequência de processos intrauterinos ou da primeira infância que causassem deficiências ou prevenções; 2. Sociais - derivadas da má educação, miséria e da vagabundagem; e 3. Associações de elementos - associação das duas anteriores por conta da prostituição da mãe, alcoolismo do pai, ou outras questões.

As diferentes condições de vida das crianças em vulnerabilidade social, que foram determinadas desde o colonialismo por determinantes brancos, masculinos, adultocêntricos e eurocêntricos, ainda se encontram presentes como forças que são exercidas em movimentos patologizantes e higienistas, que atuam em diversos campos e dos quais precisamos, em posicionamentos éticos e políticos, produzir esquivas. Na tese, estes e outros elementos históricos entraram nas discussões das narrativas apresentadas para que fosse possível perceber esta perpetuação de forças atualmente, bem como refletir sobre os avanços que os movimentos em defesa da infância produziram nas últimas décadas. A aliança com pensamentos de diferentes origens, para discutir o cuidado na atenção psicossocial, colaborou com esta tentativa. “Trata-se de uma luta por justiça epistêmica, isto é, uma justiça que reivindica a igualdade entre os saberes e contesta a ordem do saber imposto pelo Ocidente”, como escreve Vêrges (2020, p.39). Além das contribuições acima mencionadas, foram presentes formulações de autores como Suely Rolnik e sua noção de inconsciente colonial-capitalístico, Chimanda Ngozi Adiche e os perigos da história única, Grada Kilomba e suas discussões sobre branquitude e os trabalhos de Eduardo Viveiros de Castro, a partir de diferentes grupos indígenas no território nacional.

O cuidado infantojuvenil e a atenção psicossocial.

A Atenção Psicossocial é a proposta de saúde mental formulada no território nacional que se define como “uma série de transformações no paradigma asilar e psiquiátrico, valendo-se de ações nas esferas político-ideológicas e teórico-técnicas” (COSTA-ROSA et al., 2003). Ela deriva da Reforma Psiquiátrica Brasileira, que teve início no final dos anos 1970 e começo dos anos de 1980, impulsionada pelo nascimento do Movimento de Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM) e o Movimento da Luta Antimanicomial.

Esta construção busca diálogos com diferentes inspirações internacionais que efetivaram mudanças na lógica de trabalho deste campo, tais como a Psiquiatria Democrática e a Desinstitucionalização da Itália, as propostas da Psiquiatria de Setor e da Psicoterapia Institucional da França, a Psiquiatria Preventiva

nos Estados Unidos e a Antipsiquiatria na Inglaterra. Busca-se construir formas de cuidado que respeitem os direitos humanos, as potencialidades e as dificuldades de cada um, dos territórios de vida, bem como promover mudanças socioculturais na relação com a diferença, afirmando a importância da vida coletiva e da produção do comum.

No processo histórico da Reforma Psiquiátrica, a partir da dimensão micropolítica do contato dos trabalhadores com os internos dos hospitais psiquiátricos, com as condições em que viviam, com os familiares, do contato entre os familiares e os aspectos dos hospitais, no contato entre trabalhadores e a potência dos usuários, um novo campo sensível aos transtornos mentais foi se compondo, habitado por indagações e desconfortos com o que já estava em funcionamento enquanto modo de atenção. Linhas de flexibilidade se destacaram e ganharam força, propulsionando transformações sustentadas em âmbitos macropolíticos. Tem-se, então, a formulação de políticas públicas que visam sustentar as novas práticas em saúde mental, como a Lei Paulo Delgado -10.216 de 2001, que institui o novo modelo de atenção em saúde mental de base territorial, e a Portaria 336 de 2002, que organiza as modalidades e formas de funcionamento dos Centros de Atenção Psicossociais.

Nesse cenário, surgem os Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis para compor a rede substitutiva de saúde mental. Segundo a portaria mencionada, eles têm como característica: a atenção diária a crianças e adolescentes em sofrimento psíquico, a regulação e coordenação da demanda e da rede de cuidados em saúde mental e a capacitação da rede básica na atenção à infância e adolescência. Nesse sentido, o trabalho de cuidado à infância e juventude no território deve, necessariamente, ter um olhar ampliado para o contexto de vida local e articular respostas que sejam intersetoriais e interdisciplinares. A Atenção Psicossocial, conforme afirmou Amarante (2008), exige saberes múltiplos, para além do saber da psiquiatria (que é um campo com diferentes perspectivas), ela convoca a antropologia, a história, a psicanálise, a filosofia, entre outros campos, para colocar em questão a complexidade do sofrimento humano e da produção de saúde.

Sabemos que, nos últimos anos, o cuidado territorial em saúde mental e seus direcionamentos têm sofrido diversos impactos e, a todo instante, chegam notícias das mudanças realizadas nas políticas de saúde mental, reforçando o lugar dos manicômios, da internação aliada às práticas religiosas, inclusive para crianças e jovens, destituindo a redução de danos do cuidado e, assim, estrangulando os recursos de atuação dos dispositivos territoriais criados durante os últimos trinta anos.

Um verdadeiro campo de batalha, no qual percebemos agir forças em atritos e disputas. E como poderíamos pensar uma força que atravessasse a prática com as infâncias e juventudes e que possa contribuir com o campo da atenção psicossocial, mergulhada nessa disputa de modelos atual?

Partimos da percepção de que temos construído ações valiosas nos CAPSij, ao pautar a infância e a juventude nos territórios dos serviços e produzir protagonismo a estes sujeitos, que experimentam momentos da vida e situações que contribuem para diminuir o adultocentrismo. A própria inserção desta população como pauta das ações da atenção psicossocial, desde o início dos movimentos sociais, já

demonstra um compromisso com o que Hortélio nomeou revolução da infância e tem feito fissuras na história social. Inserção diferente das experiências com as quais a reforma psiquiátrica dialogou. Em um estágio, em Trieste e visitas a serviços em Milão e Trento, a pesquisadora pode ter contato com a diversidade de iniciativas que compõem os processos italianos, incluindo a fragmentação das formas de constituir o cuidado. O que é costumeiramente referido no Brasil como experiência italiana está relacionada mais diretamente com a experiência Triestina de construção dos serviços territoriais, que não acontece da mesma forma em outras cidades daquele país. Como num movimento antropofágico, o percurso brasileiro absorveu um pouco dos princípios de trabalho e da forma de organizar alguns serviços territoriais, mas disparou outras invenções em seu próprio território considerando os elementos presentes naquela experiência. A possibilidade de se contagiar com uma certa maneira de fazer e poder produzir variações com ela, a partir do atravessamento das forças de um campo, é algo imprescindível para deixar vivo um processo. No estágio e visitas realizadas na Itália, percebeu-se, também, como as crianças e os jovens não estão inseridos nos cenários de debate e cuidados da saúde mental.

No Brasil, a inclusão da assistência infantojuvenil, no contexto da reforma psiquiátrica, deu-se pela reprodução de uma forma de atenção pré-estipulada para os adultos, o que convoca questionamentos. Será que a melhor forma de acompanhamento em saúde mental para esta população seria a mesma que a proposta para os adultos? Para o cuidado da infância e juventude são suficientes as diretrizes formulados para a prática da atenção psicossocial? Quais seriam as especificidades de cuidado desta população? Ou mesmo, deveríamos juntar a infância e a juventude no mesmo serviço? Muitas repostas são possíveis, mas as perguntas têm sido formuladas e recriadas por termos inserindo esta população neste modelo. Crianças e jovens foram arrastados para participar, na maior parte do tempo, como objetos de uma série de discussões sobre seus cuidados. Cotidianamente, enquanto se inventam formas de construir os projetos de cada usuário dos CAPSij, pensam-se também nos serviços em como agenciar dispositivos que deem voz às crianças e aos jovens.

É difícil colocar esta população em outro lugar que não a de objeto das pautas adultas, quando o universo da construção dos serviços, da legislação, das decisões, acontece em âmbitos e formatos adultocêntricos. Quais espaços existem para se debater sobre o rumo dos serviços que realmente podem propor mudanças? Fóruns, conferências, congressos? São espaços que crianças e jovens não costumam habitar. Difícilmente suas presenças são sustentadas, pois desconfiguram o modo pelo qual esses lugares já funcionam. Além disso, as discussões tendem a ficar restritas ao que já está instituído e a mudanças concebidas do ponto de vista adulto. Em 2016, aconteceu o I Encontro Municipal de CAPS infantojuvenil em São Paulo. Encontro alimentado por pessoas com diferentes inserções no campo: familiares, trabalhadores dos serviços, da universidade, das gestões públicas etc. No encontro, alguns jovens e crianças participaram. Infelizmente, não houve investimento público em continuar com a iniciativa nos anos seguintes, embora tenha se formado um grupo de trabalhadores que seguiram com este objetivo de construir espaços inclusivos e que estavam planejando um evento em 2020, que foi impossibilitado pela pandemia.

No CAPS, origem da pesquisa, tentou-se por muito tempo realizar assembleias com as crianças, separadas ou junto com seus familiares. A maioria das tentativas acabava por se configurar em uma distração para as crianças, enquanto os profissionais e os familiares conversavam. Houve tentativas de separar os dois grupos para poder investigar maneiras de recolher vontades e percepções das crianças sobre o serviço, mas essas tentativas não tiveram muita força. Será que são difíceis por usar essa forma com crianças e jovens que se distraem rápido? Que quase não falam? Que precisam de mais tempo para entender as questões conversadas? Como trabalhar com estes dispositivos preexistentes que não partem do universo infantil e juvenil? Adaptar ou transformar?

São muitas as questões que surgem quando nos propomos a olhar e pensar a partir do ponto de vista das crianças e dos jovens e compreender que os serviços precisam de invenções diárias para responder às questões desta faixa etária, dentro dos contextos de cada território. Algumas questões foram trazidas neste texto, com o intuito de pensar em como esta aliança pautada na construção da atenção psicossocial convoca constantemente o movimento de transformação, assim como nas brincadeiras infantis. Talvez, para que se possa cuidar com mais potência de crianças e jovens, seja preciso relutar menos com a desconstrução da forma do que existe e se aliar mais com as forças emergentes da prática. Agir pulsando em contato com as forças de contágio, vinda dos encontros com os diferentes corpos, como escreve Suely Rolnik:

Nessa esfera de experiência subjetiva, somos constituídos pelos efeitos das forças e suas relações que agitam o fluxo vital de um mundo e que atravessam singularmente os corpos que o compõem, fazendo deles um só corpo, em variação contínua, que se tenha ou não consciência disto. A função dessa capacidade é, portanto, a de nos possibilitar existir nesse plano, imanente a todos os viventes (...) o mundo vive efetivamente em nosso corpo e nele produz gérmenes de outros mundos em estado virtual (Rolnik, 2018, p. 54).

Isto não quer dizer que, para o cuidado de adultos, não haja esta necessidade de permanecer em contato com as formas germinativas de transmutação, mas que, no campo específico da infância e da juventude, existe uma urgência, possivelmente relacionada ao atraso do ganho de consistência das discussões sobre essa população e de seu lugar ainda muito objetal. Recentemente, tem sido possível acompanhar o aparecimento de um número crescente de pesquisas e debates sobre esta atenção a esta população nas práticas psicossociais. Mas muito do que se fala, discute-se e se pensa sobre esta população ainda está ligado a práticas clínicas particulares, em consultórios, que abordam uma classe social economicamente com mais vantagem e numa perspectiva teórico-prática eurocêntrica.

Necessitamos de mais relatos e pesquisas próximas da realidade das práticas da atenção psicossocial e seus desafios. Principalmente quando, nos estudos, pode-se abrir problematizações e não ficar preso à defesa dos moldes instituídos. Salienta-se que não se trata de aceitar a insistência de alguns grupos em voltar aos formatos manicomiais de hospitais e comunidades terapêuticas, mas de poder "sonhar" outros formatos. Seria preciso que, para poder manter o movimento de invenção do cuidado a esta população, entre outras questões sociais, nos sintonizássemos a uma força selvagem, como a pensada por Viveiros

de Castro (2013). Reativar em nossos corpos essa força presente nos corpos dos primeiros habitantes deste solo e presente também, muitas vezes, nos corpos infantojuvenis com os quais nos deparamos nos CAPSij, é importante para fazer certa resistência aos processos colonialistas vigentes. Pensando a colonialidade como um conjunto de dispositivos de exercício de poder coercitivo aos corpos, ainda em plena atividade.

Forças selvagens e a Atenção Psicossocial

A inconstância selvagem, como uma força potente, para desafiar os dispositivos que visam perpetuar o rígido, o endurecido, no sistema de crenças que não se constrange perante leis e reis. Viveiros de Castro (2013) discute essa noção, a partir do estudo dos sermões e registros de missões jesuítas, entre outros feitos, principalmente na experiência com os povos Tupinambás e Arawetés. No primeiro sermão citado, realizado por Antônio Vieira, é feita a comparação do povo a ser convertido com dois tipos de estátuas: as de mármore e as de murta. É dito que as estátuas de mármore costumam muito a serem feitas, mas depois conservam e sustentam sempre a mesma figura. As estátuas de murta, ao contrário, são mais fáceis de formar, mas exigem que os jardineiros se mantenham constantemente trabalhando nelas, pois, em poucos dias, seus ramos já ganham outros formatos. Assim era, para alguns jesuítas, o povo "gentil" desta terra, que se aproximava dos costumes e ideias cristãos e facilmente se afastavam deles. Essa inconstância era desafiadora para aqueles que pretendiam catequizar e transformar os povos indígenas em outra coisa que não eles mesmos, a partir de seus referenciais. Não compreendiam a facilidade com a qual os povos ouviam suas histórias e formulações sobre Deus e a terra, com real interesse, e abandonavam tudo que estavam "aprendendo" sem relutar. Um certo "desapego" a um sistema de crenças imutável e inquestionável. O autor escreve que "a amorfia da alma selvagem [...] essa proverbial inconstância não foi registrada apenas para as coisas da fé. Ela passou, na verdade, a ser um traço definidor do caráter ameríndio" (Viveiros de Castro, 2013, p. 186).

A inconstância em acreditar e desacreditar num sistema divino único, em realizar e abandonar um trabalho ditado pelos novos habitantes da terra nas plantações, em adotar o uso de roupas e, sem demora, despir-se. A qualquer momento mudavam da selva ao convívio com os europeus e vice-versa. Os padres passaram a designar este comportamento como fraqueza de memória e de vontade. Não questionavam a capacidade de compreensão dos povos indígenas, mas seus "maus costumes" – bárbaros.

Na investigação de Viveiros de Castro (2013), pontuou-se um traço interessante, que é a diferença do sistema de crenças entre os povos e da relação com o outro. Enquanto os jesuítas se pautavam em crenças rígidas, inabaláveis, que deveriam ser absorvidas pelos outros, os indígenas se relacionavam de forma muito flexível com suas próprias crenças, não só com as do cristianismo. Buscavam relações com os outros e com outras "histórias" para enriquecer seu mundo, e não endurecer o mundo do outro.

Era inconcebível aos Tupi a arrogância dos povos eleitos ou a compulsão a reduzir o outro à própria imagem. Se europeus desejaram os índios porque viram neles ou animais úteis ou homens europeus e

cristãos em potência, os Tupi desejaram os europeus em sua alteridade plena, que lhes apareceu como uma possibilidade de autotransfiguração, um signo da reunião do que havia sido separado na origem da cultura, capazes, portanto, de vir alargar a condição humana ou mesmo de ultrapassá-la. Foram, então, talvez os ameríndios, não os europeus, que tiveram a “visão do paraíso” no desencontro americano. Para os primeiros, não se tratava de impor maniacamente sua identidade sobre o outro, ou recusá-lo em nome da própria excelência étnica; mas sim de, atualizando uma relação com ele (relação desde sempre existente, sob o modo virtual), transformar a própria identidade. A inconstância da alma selvagem, em seu momento de abertura, é a expressão de um modo de ser onde “é a troca, não a identidade, o valor fundamental; a ser reafirmado” (Viveiros de Castro, 2013, p. 206).

Uma afinidade relacional com o outro, sem adoração ou idolatria a leis, reis e deuses. Força de profunda transformação e movimento contrária aos modos endurecidos nos quais se vive atualmente. Modos nos quais as pessoas são convocadas a se definirem, dizer de identidades, de posicionamentos fixos, de lados em disputas predefinidas e defender, com unhas e dentes, nações, partidos, formulações de leis e estruturas estatais e governamentais. Um momento difícil, em que parece estarmos presos ao pensamento binário, com durezas que visam enfraquecer a crítica do presente e a imaginação de um futuro. Indagamos se não seria esta força, de uma inconstância ameríndia, uma aliada para se interessar pelo estranho, pelo que ainda não tem sentido pronto e, assim, quebrar o empedrado das formas já constituídas, por mais que elas possam servir para a estruturação de um campo. E, mais do que isso, para sustentar certa coragem nos próprios processos vitais de expansão das possibilidades, diante de tantas desmontagens do que havia sido construído. Uma força de resistência ao investir na *re-existência*, cuja relação aqui forjamos por acreditar que ela produz um lugar comum, ao ressaltar que a atenção psicossocial tem em seu movimento inaugural esta característica de existir na multiplicidade de ideias e perspectivas.

Seguir atuando na prática clínica em aliança com crianças e jovens cujos comportamentos ainda são relacionados aos bárbaros ou aos pouco civilizados, que grunhem, que dançam em silêncio, que quebram as instituições, que rasgam prontuários, que pintam as paredes sem permissão, que brincam em velório, que duvidam dos pastores, que rodopiam no meio do transporte público, que mostram a língua diante de uma autoridade, parece ser uma via importante para acessar o vivo nas experiências de cuidado. Tratar-se-ia, talvez, de seguir *com* as crianças selvagens, *com* uma selvageria juvenil.

4. Conclusão

"As crianças são prisioneiras políticas" (Godard *apud* Deleuze, 2008) e esta afirmação é fundamental para o entendimento de que, quando cuidamos das infâncias e juventudes, cuidamos do mundo por poder abordar as construções sociais que massificam as formas de vida. O adultocentrismo tende a se antecipar aos movimentos infantis e definir o que deve ser feito para e com estas populações. Mas a atenção psicossocial infantojuvenil brasileira, quando aberta para reconstruir as histórias das vidas infantis e juvenis e as narrativas já muito inseridas em linhas de pensamento embasadas em pressupostos higienistas e coloniais; amparada por uma estrutura teórico-prática desejan-te de novas

Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup., 4(5), 534-548, 2021. DOI: 10.47222/2526-3544.rbto42300

epistemologias desnorteadas, pode contribuir com esta revolução das crianças que faltam. Ao seguir *com* as crianças "selvagens", é possível inaugurar experimentações que questionam as formas dos serviços, os lugares dos profissionais e apontam problemáticas vitais para o fluxo de construção de uma saúde mental territorial, comunitária, intersetorial e eticamente comprometida com a vida. Linhas flexíveis e de fuga podem emergir deste campo aberto à germinação de novas formas, como novos mundos a serem habitados e sonhados com crianças e jovens.

Enquanto estas linhas são escritas, crianças e jovens seguem sendo vítimas de ações que não respeitam seus direitos. Crianças são diariamente submetidas a violências físicas e psíquicas em casa, na rua e nas instituições, jovens são criminalizados e assassinados por suas classes sociais e pela cor de suas peles. Ainda há muito a se fazer para que esta população ganhe outros lugares sociais, para que seus direitos sejam efetutados. Nesse sentido, as práticas de cuidado territoriais e em liberdade têm se proposto e precisam intensificar esta postura de construir *junto* com esta população leituras do presente, ações coletivas e produzir saberes múltiplos. Finaliza-se perguntando a você, leitor deste texto, seriam os serviços e projetos de atenção psicossocial infantojuvenil, aqueles sensíveis para serem atravessados por estas forças de transmutação e assim colaborar com outro futuro, mais coerente com a revolução que precisamos?

Referências

Amarante, P. (2008). *Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. Editora Fiocruz.

Blikstein, F (2012). *Destinos de Crianças: estudo sobre as internações de crianças e adolescentes em Hospital Público Psiquiátrico*. [Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].

<https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/16993>

Chambouleyron, R. (2016) Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: Priore, M. (Org.). *História das crianças no Brasil*. Editora: Contexto.

Costa-rosa, A. et al. (2003) Atenção Psicossocial: rumo a um novo paradigma na Saúde Mental Coletiva. In: AMARANTE, Paulo (coord.). *Archivos de saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: NAU Editora.

Deleuze, G. (2008). *Conversações*. Editora 34.

Deleuze, G. & Guattari, F. (2008) *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 3*. Rio de Janeiro: Editora 34.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) (2017). *Atlas da violência 2017*.

Moura, E.B.B. (2016). Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: Priore, M. *História das Crianças do Brasil*. Editora: Contexto.

Resende, N. C. (2016). *Do Asilo ao Asilo, as existências de Fernand Deligny: Trajetos de esquiva à Instituição, à Lei e ao Sujeito*. [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro]. <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.29862>

Rolnik, S. (2018). *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. N-1 edições.

Scarano, J. (2016). Crianças esquecidas das Minas Gerais. In Priore, M. (org) *Histórias das crianças no Brasil*. Contexto.

Serra, L. N. (2011). *Infância Perdida: a concepção de "menores anormais" na obra de Pacheco e Silva*. [Dissertação Mestrado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo]. <http://doi.org/10.11606/D.47.2011.tde-31082011-122307>

Vérges, F. (2020). *Um feminismo decolonial*. Ubu Editora.

Viveiros de Castro, E. (2013). *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. CosacNaify.

Contribuição dos autores: todas as autoras foram responsáveis pela elaboração, formatação e revisão do texto.

Recebido em: 14/03/2021

Aceito em: 06/07/2021

Publicado em: 09/11/2021

Editor(a): Carla Cilene Baptista Silva